

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

SAP nº 1000000016

Assunto: Contratação do Curso “Contratações de TIC na Administração Pública em consonância com as leis 14.133/21 e 13.303/16” organizado pela Brasil Soluções em Capacitação.

Interessados: APPA/GTEC

Parecer Jurídico nº 91/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CURSO/CAPACITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO. PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO AVERIGUATÓRIO.

Sr. Presidente,

I. RELATÓRIO

1. Cuida-se de processo inaugurado, em 05 de março de 2024, pela Gerência de Tecnologia e Informação, com a finalidade de contratar 04 (quatro) vagas para participação no curso “CONTRATAÇÕES DE TIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CONSONÂNCIA COM AS LEIS 14.133/21 E 13.303/16”, realizado na cidade Curitiba-PR, nos dias **14 e 15 de março de 2024**, com carga horária de 16 horas, organizado pela empresa BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA., no valor de R\$ 14.364,00 (quatorze mil trezentos e sessenta e quatro reais).

2. Na sequência, verifica-se que o Diretor da DDE opinou favoravelmente à contratação:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Estou de acordo com o pedido de Contratação do curso sobre "Contratação de TIC na Administração Pública em Consonância com as Leis 14.133/21 E 13.303/16", pela empresa BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA, conforme justificativa feita pela Gerência de Tecnologia da Informação.

Atenciosamente,

André Luiz Pioli Bernascki
Diretor de desenvolvimento Empresarial

Paranaguá, 11/03/2024

3. Por sua vez, em 12 de março de 2024, a CDESP manifestou concordância, no sentido de que "o curso pleiteado condiz com o escopo de trabalho realizado pelas áreas solicitantes e será de grande valia para o desenvolvimento profissional dos participantes, bem como para nortear o efetivo planejamento e execução das atividades por elas desempenhadas".

4. A fase interna foi autorizada pelo Diretor Presidente, nos seguintes termos:

1. Autorizo a **fase interna** do processo, visando dar início ao procedimento, referente a "Contratação de 04 (quatro) vagas de participação no curso "CONTRATAÇÕES DE TIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CONSONÂNCIA COM AS LEIS 14.133/21 E 13.303/16", que será realizado na cidade Curitiba-PR, nos dias 14 e 15 de março de 2024, carga horária de 16 horas, pela empresa BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA", conforme justificativa e demais condições presentes no referido Termo de Referência.

2. Para as demais providências.

Em, 12/03/2024

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor Presidente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

5. Instada a se manifestar, a CPLC acostou manifestação em 13 de março de 2024, e concluiu, em suma:

Atendendo ao disposto na O.S. 109/2021, ao analisar o contido no protocolo apresentado, o mesmo atendeu satisfatoriamente o determinado no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA, fornecendo subsídios para a tramitação regular do presente feito. Assim, encaminhamos ao CSUPR para as medidas cabíveis.

Ato contínuo, encaminhar ao GFIN para dispor das informações financeiras que se fizerem necessárias.

Após à Diretoria Jurídica - DJU para parecer quanto a regularidade e legalidade do procedimento de inexigibilidade de licitação para contratar o objeto.

6. A CSUPR anexou, também em 13 de março de 2024, sua manifestação e o demonstrativo de preços SAP.

7. Por fim, em 15 de março de 2024, o protocolo veio à DJU instruído com os seguintes documentos, em síntese:

DOCUMENTO
Termo de Referência e anexos
Manifestação Diretor DDE
Manifestação CDESP
Autorização Fase Interna DPR
Manifestação CPLC
Manifestação CSUPR e anexo

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

8. Para auxiliar na compreensão cronológica, segue extrato da tela do SAP com as datas de juntadas dos documentos anteriormente citados e, logo abaixo, a data em que este protocolo foi remetido para análise jurídica:

Descrição/campo de log	Usuário	Data/hora	Nome do arquivo
TR e Documentos	05064187904	05.03.2024 16:19:39	TR_Curso_TIC.pdf
Despacho	03905392950	11.03.2024 09:33:14	de acordo.pdf
Despacho - Curso Contratações	06475985902	12.03.2024 13:42:36	Despacho - Contratações de TIC na Administração Pública
APROVAÇÃO FASE INTERNA	39774031920	12.03.2024 15:59:00	PROCESSO SAP 1000000016 - FASE INTERNA - Contrata
DESPACHO CSUPRI	66757797968	13.03.2024 09:31:00	- INEXIGIBILIDADE -.pdf
Despacho COLIC - Brasil Soluções	02019165929	13.03.2024 15:34:57	01 - Despacho 1000000016 - CSUPRI - Brasil Soluções.pd
Demonstrativo - BRASIL SOLUÇÕES	02019165929	13.03.2024 15:34:58	02 CSUPRI Demonstrativo SAP - Brasil Soluções.pdf

Nível 01 - Aprovação Licitação: 1000000016 - Compra Direta - Parecer Juridico

SAP_WFRT

Criado em 15 de mar de 2024 16:29

9. É a síntese do necessário.

II. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

10. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

11. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

12. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

13. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

14. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

15. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

16. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

17. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

18. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

19. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

20. Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

III. DO MÉRITO**III.1 DA IMPOSSIBILIDADE DE EMISSÃO DE PARECER JURÍDICO QUANTO À CONTRATAÇÃO. DA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO PARA ADIMPLEMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS SEM COBERTURA CONTRATUAL.**

21. Conforme exposto, o processo sob análise trata da solicitação de contratação de 04 (quatro) inscrições para o curso “CONTRATAÇÕES DE TIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CONSONÂNCIA COM AS LEIS 14.133/21 E 13.303/16”.

22. Todavia, os documentos juntados indicam que o curso já foi finalizado:



23. Por essa razão, não cabe à DJU emitir neste momento parecer para contratação de curso (por inexigibilidade de licitação, ainda que fosse o caso). Isso porque o objeto/prestação do serviço se consolidou antes mesmo de chegar ao conhecimento desta Diretoria Jurídica.

24. Noutras palavras, o objeto não está mais disponível para contratação, eis que encerrado.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

25. Com efeito, a contratação direta exige procedimento prévio com observância de etapas e formalidades. O Art. 30, §3º da Lei nº 13.303 prescreve os elementos que devem estar contidos no processo de contratação direta:

§ 3º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou do executante;
- III - justificativa do preço.

26. Na mesma linha, dispõe o RILC da APPA:

Art. 78 A formação e instrução dos processos de contratação direta deverão seguir as disposições estabelecidas na Lei n. 13.303/2016 e neste RILC.

Art. 79 As justificativas referentes às contratações diretas deverão ser aprovadas pela Diretoria do setor requisitante e autorizada pelo Diretor Presidente.

Art. 80 O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos mínimos:

- I – estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;
- II – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;
- IV – justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta de preços de mercado;
- V – declaração de disponibilidade orçamentária;
- VI – parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;
- VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;
- VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômicofinanceira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes.

§1º Nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;

§2º Nos casos de contratação direta por dispensa de licitação a justificativa de preços deverá ocorrer por meio da juntada de 3 (três) propostas comerciais capazes de preencher os requisitos necessários para a celebração da contratação pretendida;

§3º Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação a prova da exclusividade do contratado poderá ser feita por atestados ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente pelo órgão de registro do comércio do local; por entidades sindicais; por associações de classe; pelo fabricante, na hipótese de representante exclusivo; por consultas realizadas com outras empresas dedicadas ao mesmo ramo de atividade econômica ou que atuem na mesma área de especialização; por especialistas ou centros de pesquisa; ou por outras pessoas idôneas.

27. Pelo exposto até aqui, salvo melhor juízo, não há análise jurídica a ser empreendida quanto à contratação por inexigibilidade.

28. Não obstante, considerando as informações prestadas no presente processo, é possível proceder à análise sob o viés de eventual pagamento por indenização, já que os serviços, ao que tudo indica, foram prestados – ou seja, os colaboradores já concluíram a capacitação – ainda que sem cobertura contratual. Inclusive, quanto a este ponto, desde já, destaca-se que será necessário diligenciar junto ao setor requisitante para que informe acerca da efetiva participação dos colaboradores na referida capacitação.

29. Nesse sentido, em decorrência da aplicação supletiva da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado à Lei das Estatais, deve-se adotar o disposto no caput do artigo 884 do Código Civil, que trata da vedação do enriquecimento sem causa, ao dispor que:

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Art. 884 Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

30. Na mesma linha, o RILC da APPA assim dispõe:

Art. 237 A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a APPA do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

31. Vê-se, portanto, que a Administração deve ressarcir o custo suportado exclusivamente pela contratada sem amparo contratual, haja vista a vedação ao enriquecimento sem causa e inexistência de indícios de má-fé por parte da contratada quando da continuidade da execução dos serviços com o consentimento da APPA.

32. O jurista Benedicto de Tolosa ratifica a necessidade de a Administração indenizar o que for executado por terceiros em seu favor ainda que sem cobertura contratual:

Ora, se o contratado, com consentimento ou pela omissão do agente público, prosseguiu na execução de serviços, entregou bens após o termo final do ajuste ou, ainda, executou obra além do previsto no instrumento de contrato, resta tipificado o instituto do enriquecimento sem causa da Administração, ensejando o pagamento devidamente corrigido monetariamente, circunstância que, no jargão do direito administrativo, corresponde ao pagamento por indenização, correndo por rubrica própria do orçamento.¹

¹ Benedicto de Tolosa Filho. Indenização - Pagamento de serviços sem cobertura contratual. Zênite Fácil. Disponível em: <http://www.zenitefacil.com.br>, categoria Doutrina.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

33. A obrigação do dever de indenizar resta igualmente declarada em decisão do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ÔNUS DA PROVA. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. NULIDADE DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. DEVER DE INDENIZAÇÃO. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. 1. No que concerne à citada afronta ao art. 373, I, do CPC/2015, é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido de que existe prova suficiente dos fatos constitutivos. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. O acórdão recorrido está em sintonia com entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que a vedação do enriquecimento sem causa impede a Administração Pública de deixar de indenizar o contratado pelos serviços efetivamente prestados (excluído o lucro do negócio), sob o argumento de ausência de licitação e inobservância de requisitos formais do contrato. O ente público somente pode se eximir do pagamento em caso de má-fé do contratado ou quando o último concorre para a nulidade, circunstâncias não descritas pelo acórdão impugnado. 3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(STJ - REsp: 1749626 SP 2018/0148629-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 12/02/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/03/2019)

34. Ou seja, o pagamento pela fruição do objeto sem a devida cobertura contratual deverá ocorrer a título de indenização, com amparo no princípio da vedação ao enriquecimento ilícito, pois mesmo não havendo a necessária cobertura contratual legalmente imposta, o fato é que, na situação concreta, a Administração teve acrescido seu patrimônio pela conduta da empresa.

35. Assim, na medida em que a Administração se encontra vinculada aos atos praticados pelos seus agentes e que estes receberam o objeto sem o devido respaldo contratual, surge para a Administração o dever de indenizar o particular pelo que houver executado até a data em que a condição de irregularidade for declarada e tiver seus efeitos suspensos.

36. Dessa forma, considerando: I. que o protocolo foi aberto e instruído em data anterior à realização do curso; II. que deduz-se haver consenso entre a APPA e a empresa BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA quanto à prestação do serviço mesmo sem o respaldo contratual e

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

III. que inexistem indícios de má-fé por parte da empresa; cumpre à APPA efetivar o respectivo pagamento, a título de ressarcimento, porquanto a vedação ao enriquecimento ilícito, como já abordado, também alcança a Administração Pública.

37. Ainda, conforme redação expressa do parágrafo único do art. 237 do RILC acima colacionado, impõe-se à autoridade competente determinar a instauração de processo administrativo averiguatório para apurar eventual responsabilidade de quem deu causa à necessidade do pagamento por indenização.

38. No mesmo sentido é a Orientação Normativa nº 4 da AGU, que dispõe que a despesa sem cobertura contratual deverá ser objeto de reconhecimento de obrigação de indenizar, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem lhe deu causa:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 1º DE ABRIL DE 2009

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA. INDEXAÇÃO: INDENIZAÇÃO. DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL. CONTRATO NULO. CONTRATO VERBAL. RECONHECIMENTO. RESPONSABILIDADE. REFERÊNCIA: arts. 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 63, Lei nº 4.320, de 1964; Acórdão TCU 375/1999-Segunda Câmara.

39. Com base nessas considerações, constatado que foi efetivamente prestado um serviço ou fornecido um bem ao poder público, ainda que irregularmente, uma vez que inexistem indícios de má-fé por parte da contratada cabe à Administração (i) adotar as providências necessárias para promover o pagamento por indenização, (ii) suspender a ocorrência da irregularidade e (iii) instaurar processo administrativo averiguatório para fins de apuração de eventual responsabilidade de quem deu causa ao pagamento por indenização.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

IV. CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, salientando que compete à Administração sopesar as razões de interesse e oportunidade, é conclusão deste parecer, de caráter não vinculativo, a possibilidade jurídica do pagamento pretendido, mediante indenização, desde que, obviamente, o curso/capacitação tenha sido regularmente ministrado, situação que deverá ser informada pelo setor requisitante.

41. Apesar disso, recomendamos a instauração de procedimento administrativo averiguatório para apuração de eventual responsabilidade funcional de quem tenha dado causa ao pagamento por indenização, eis que a apuração da responsabilidade funcional é determinada expressamente pelo RILC da APPA.

42. Isto posto, submetemos o parecer em tela ao crivo do Sr. Presidente e da Diretoria Executiva.

Paranaguá, datado e assinado eletronicamente.

STEPHANIE AVILA FONSECA DIAS
ANALISTA PORTUÁRIA – ADVOGADA

LEANDRO BASTOS ANTUNES
PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS
DIRETOR JURÍDICO

COMUNICAÇÃO INTERNA 2002/2024.

Documento: **PARECERCURSOPAGAMENTOPORINDENIZACAOSAP1000000016v1.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Stephanie Avila Fonseca Dias (XXX.966.489-XX)** em 18/03/2024 15:19, **Leandro Bastos Antunes (XXX.479.199-XX)** em 18/03/2024 16:23.

Assinatura Simples realizada por: **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 18/03/2024 16:57.

Inserido ao documento **778.107** por: **Stephanie Avila Fonseca Dias** em: 18/03/2024 15:19.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ab3a82681e432f1c2caf4a7c82b692cf.